

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA UFMG

**Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas
Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde - ETSUS
(CEGEPE)**

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA TÉCNICA
DO SUS: UMA PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA**

CARMEN TEREZA GONÇALVES TRAUTWEIN

**SÃO PAULO
2013**

CARMEN TEREZA GONÇALVES TRAUTWEIN

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA TÉCNICA
DO SUS: UMA PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, orientado pela Prof^a Dr^a Simone Cardoso Lisboa Pereira, como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS – ETSUS.

**SÃO PAULO
2013**

Ficha de Identificação da Obra
Escola de Enfermagem da UFMG

Trautwein, Carmen Tereza Gonçalves

O projeto político pedagógico de uma escola técnica do SUS: uma proposta de construção participativa. [manuscrito] / Carmen Tereza Gonçalves Trautwein. - 2013.

52 f.

Orientadora: Simone Cardoso Lisboa Pereira

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, realizado pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. ETSUS – São Paulo-SP, para obtenção do título de Especialista em Gestão Pedagógica.

1.Educação Profissional em Saúde Pública. 2. Educação Profissionalizante/ organização & administração. 3.Educação em Saúde/organização & administração. 4. Centros Educacionais de Áreas de Saúde/organização & administração. I. Pereira, Simone Cardoso Lisboa. II.Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS. III.Título.

Elaborada por Maria Piedade F. Ribeiro Leite – CRB6/601

Carmen Tereza Gonçalves Trautwein

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA TÉCNICA DO
SUS: UMA PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Gestão Pedagógica nas
ETSUS, realizado pela Universidade Federal
de Minas Gerais, ETSUS Pólo Vila
Olimpia/SP.

BANCA EXAMINADORA:


Prof.^a. Dr.^a. Simone Cardoso Lisboa Pereira (Orientadora)


Prof.^a. Dr.^a. Marlene Azevedo Magalhães Monteiro

Data de aprovação: 27 de maio de 2013

São Paulo - SP
2013

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos trabalhadores da Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste (CRSSE) que, ao longo da convivência de três anos e meio de trabalho me levaram a entender que, “Administrar o tempo é planejar a vida”.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora de TCC, Prof.^a Dr.^a Simone Cardoso Lisboa Pereira, pelo acolhimento do tema de meu trabalho e pelas valiosas sugestões para sua conclusão;

Às professoras Nélia Beatriz Caiafa Ribeiro, Nilva Tiyomi Kitani e Stela Maris Aguiar Lemos, pelos incentivos carinhosos presenciais e virtuais para a conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde – ETSUS;

Aos colegas do Curso de Especialização, pela paciência e compartilhamento de minhas descobertas na plataforma de ensino à distância;

À colega da ETSUSSE Felícia Eiko Yamaguti, que não pode me acompanhar na conclusão do curso, mas que continuou torcendo, tenho certeza, para a finalização e elaboração deste trabalho de intervenção;

Ao colega Roberto Natal Silva Saorim, pelas discussões sobre a validade do tema, indicações de artigos e caminhos metodológicos a seguir na elaboração e finalização desta proposta de intervenção;

Aos colegas da ETSUSSE, alunos, professores, ex-professores e funcionários pela colaboração na realização das tarefas do Curso;

Às pedagogas Ana Luisa Gonçalves e Priscila Tombelini Carneiro, pelas sugestões, indicações de referências sobre Projeto Político Pedagógico, mostrando que compartilhar nos faz ganhar a solidariedade, levando-nos a crescer e aprender;

Aos profissionais da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas e Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste, especialmente Regina Célia Batistela Magri e Regilamar Terra Nova Batista de Lima, pela indicação de meu nome para realização deste curso, o qual possibilitou a elaboração desta proposta de intervenção;

À Kelsei Renata e Elson Renato, pela compreensão e permissão da divisão do meu tempo de convivência com eles e com os meus estudos, em intermináveis e ensolarados fins de semana.

“[...] para além de um saber memorizado e usado como produto, os saberes estão diretamente associados ao processo de construção e, conseqüentemente, associados a um saber fazer, ao saber como, ao saber por que, ao saber para que, possibilitando ao indivíduo o ato de saborear ou conhecer o sabor integrante do processo”.

(ANASTASIOU,1998)

RESUMO

TRAUTWEIN, C. T. G. **O Projeto Político Pedagógico de uma Escola Técnica do SUS: uma proposta de construção participativa.** 2013. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pedagógica). Universidade Federal de Minas Gerais. São Paulo, 2013.

Na perspectiva da educação profissional em saúde, este trabalho apresenta uma proposta de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) para uma Escola Técnica do Sistema Único de Saúde (ETSUS) da região sudeste do município de São Paulo, segundo a metodologia do planejamento participativo, a partir do referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica. O trabalho parte do contexto da realidade, no que se refere à situação das Escolas Técnicas do SUS na cidade de São Paulo e na região sudeste, bem como, da Coordenadoria de Saúde desta região para explicar a escolha do tema. Em seguida, conceitua o PPP, segundo o referencial da Psicologia Sócio-Histórica e segundo o planejamento participativo. Aborda a forma como este documento tem sido visto na educação em saúde e relaciona os desafios de construção do PPP em uma ETSUS na região sudeste de São Paulo, para então propor sua construção de acordo com o enfoque do planejamento participativo. Finaliza com as considerações sobre o processo de elaboração desta proposta que incorreu em desafios maiores do que os imaginados inicialmente, mas se mostrou necessário seu enfrentamento diante da importância de se construir um PPP para uma ETSUS da região, que está em vias de se transformar em uma Escola Municipal de Saúde (EMS-SE) na região sudeste.

Descritores: Projeto Político Pedagógico; Educação Profissional em saúde; Planejamento participativo.

ABSTRACT

TRAUTWEIN, C. T. G. **The Pedagogical Political Project of a technical school of SUS: a proposal for a participative construction.** 2013. 52 p. Monograph (Specialization in Educational Management). Federal University of Minas Gerais. São Paulo, 2013.

From the perspective of the professional education in health, this work presents a proposal for construction of the Pedagogical political project (PPP) for a technical school of the unified health system (ETSUS)) in the southeast of the city of São Paulo, according to the methodology of participatory planning, from the theoretical framework of socio-Historical Psychology. The work part of the context of reality, with regard to the situation of the technical schools of the SUS in the city of São Paulo and in the Southeast, as well as the coordination of this Health region to explain the choice of the theme. Then define the PPP, according to the Socio-Historical psychology and participatory planning. Discusses the way in which this document has been seen in health education and lists the PPP construction challenges in an ETSUS the Southeast region of São Paulo, to then propose its construction in accordance with the participatory planning approach. Ends with the drafting process considerations of this proposal that incurred in bigger challenges than imagined initially, but turned out to be necessary to his face on the importance of constructing a PPP to a ETSUS in the region, which is in the process of transforming into a Municipal Health School (EMS-SE) in the Southeast.

Keywords: Pedagogical Political Project; Professional education in health; Participatory planning.

LISTA DE SIGLAS

CEFOR - Centro de Formação dos Trabalhadores da Saúde
CEGEPE - Curso de Especialização em Gestão Pedagógica
CEInfo - Coordenadoria de Epidemiologia e Informação
CRS - Coordenadoria Regional de Saúde
CRSSE - Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste
DRE - Delegacia Regional de Ensino
EMS-SP - Escola Municipal de Saúde de São Paulo
EMSR-SE - Escola Municipal de Saúde Regional Sudeste
ESF - Estratégia Saúde da Família
ETSUS - Escola Técnica do Sistema Único de Saúde
ETSUSSE - Escola Técnica do Sistema Único de Saúde da região sudeste do município de São Paulo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MS - Ministério da Saúde
PPP - Projeto Político Pedagógico
PROFAPS - Programa de Formação de profissionais de nível médio para a Saúde
RETSUS - Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde
SME - Secretaria Municipal de Educação
SISRH – Sistema de Informação de Recursos humanos
SUS - Sistema Único de Saúde
SUVIS - Supervisão de Vigilância em Saúde
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
TVS - Técnico em Vigilância em Saúde
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

Lista de Siglas

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	14
2.1 OBJETIVO GERAL	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REALIDADE	15
3.1 O CONTEXTO DAS ESCOLAS TÉCNICAS DO SUS	15
3.2 A ESCOLA TÉCNICA DO SUS DA CIDADE DE SÃO PAULO.....	16
3.3 A ESCOLA TÉCNICA DO SUS DA REGIÃO SUDESTE.....	17
3.4 A COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE.....	17
3.5 O PPP ENQUANTO TEMA DE INTERVENÇÃO.....	19
4 CONTEXTUALIZAÇÕES TEÓRICAS	22
4.1 O CONCEITO DE PPP	22
4.2 O PPP NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE	26
4.3 A CONSTRUÇÃO DO PPP DE FORMA PARTICIPATIVA.....	28
4.4 DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UM PPP DE UMA ETSUS NA REGIÃO SUDESTE DE SÃO PAULO.....	30
5 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO	34
6 METODOLOGIA	36
6.1 TRILHANDO UM CAMINHO	36
6.2 PROPONDO UM CAMINHO	38
6.2.1 Estabelecendo os Integrantes da Comissão Coordenadora.....	38
6.2.2 Sensibilização	39
6.2.3 Necessidade e Possibilidade de Mudança – Despertar.....	40

6.2.4 Necessidade e Possibilidade de Planejamento – Projetar	41
6.2.5 Necessidade e Possibilidade de Avaliar	41
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
ANEXO A - PROPOSTA DE ROTEIRO PARA CONSTRUÇÃO DO PPP DA ETSUSSE	48
APÊNDICE A - QUADRO SÍNTESE DE ATIVIDADES PROPOSTAS	50

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui de um projeto de intervenção como parte das exigências de conclusão do curso de Especialização em Gestão Pedagógica realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Utiliza-se o referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica que afirma que o ser humano, que se constitui em sua subjetividade por meio da ação de modificação da natureza e de si mesmo pelo uso de instrumentos no trabalho (VYGOTSKY, 1991), é também um ser de projetos, ou seja, lança-se para adiante ao elaborar planos, relacionando-se hoje com o amanhã (RIOS, 1992).

A educação, prática social de desenvolvimento dos indivíduos na relação ativa com o meio natural e social, da atividade cognoscitiva de produção de cultura (LIBÂNEO, 2011), tem no Projeto Político Pedagógico (PPP) seu mais caro documento de intenções de realizações futuras.

Por definição, o PPP é um instrumento de orientação, como uma bússola do que se pretende atingir por meio das práticas educativas, de forma consciente, intencional e sistemática com finalidade político-social (UFMG, 2012), num determinado contexto sócio-histórico por meio de técnicas pedagógicas.

Já a educação profissional em saúde tem o papel de recuperar a relação entre conhecimento e a prática do trabalho (PEREIRA; LIMA, 2009). Deve ser compreendida como a ação humana destinada ao cuidado do outro e com o outro. O trabalho em saúde é definido como uma mediação na produção da existência humana voltado para a produção de vidas dignas de seres humanos. Exige não somente a transformação das práticas de atenção à saúde, mas também das próprias relações sociais de produção. A formação do trabalhador em saúde, muito além de ser orientada pelo e para os serviços de saúde, deve a eles estar integrada, devendo ainda ser dirigida pela e para a emancipação humana coletiva (ESTEVÃO; BAGRICHEVSKY, 2007).

Na perspectiva da educação profissional em saúde, este trabalho apresenta uma proposta para a elaboração do PPP de uma Escola Técnica do Sistema Único de Saúde da região sudeste (ETSUSSE) do município de São Paulo, segundo a metodologia de planejamento participativo (VASCONCELLOS 2011), a partir do referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica.

Busca-se responder a questão de como se constrói um PPP de forma participativa, objetivando apresentar aqui uma proposta de construção deste documento na ETSUSSE do município de São Paulo, segundo esta metodologia.

Parte-se da contextualização da realidade, seja do ponto de vista da história da ETSUSSE, seja do ponto de vista pessoal, para a definição do tema. Caminha-se para o conceito de PPP, refletindo sobre como tem ocorrido sua apropriação e construção na educação profissional em saúde, enfrentando os desafios de construir o PPP em uma escola técnica do SUS, apresentando, então, a proposta de construção do PPP na ETSUSSE. Finaliza-se com as considerações que trazem uma reflexão sobre a elaboração da proposta apresentada.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Elaborar uma proposta para a construção participativa do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Técnica do Sistema Único de Saúde da Região Sudeste (ETSUSSE) do município de São Paulo.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Pesquisar acerca de PPP segundo o enfoque participativo, com um referencial Sócio-histórico;
- Abordar como tem ocorrido a apropriação e construção do PPP na educação profissional em saúde;
- Relacionar desafios a serem enfrentados na construção do PPP na educação profissional em saúde, na região sudeste do município de São Paulo.

3 CONTEXTUALIZAÇÕES DA REALIDADE

Em se tratando de Escola Técnica do Sistema Único de Saúde (ETSUS), “o PPP deve expressar intenções, valores e concepções fundamentais às ações educativas propostas, tendo como finalidade última contribuir para a formação de trabalhadores que potencializem a consolidação do SUS” (UFMG, 2012, p. 13).

3.1 O CONTEXTO DAS ESCOLAS TÉCNICAS DO SUS

Uma Escola Técnica do Sistema Único de Saúde (ETSUS) é uma escola que tem por finalidade a formação de trabalhadores da saúde, a partir da realidade social, tendo o trabalho como princípio educativo e como dimensão fundamental de sua constituição (UFMG, 2012). Essas escolas foram criadas para atender as demandas locais de formação técnica dos trabalhadores que já atuam nos serviços de saúde.

Atualmente, as ETSUS reúnem-se em uma rede formada por trinta e seis instituições públicas (Federal, Estadual e Municipal), distribuídas em todo o território nacional. Esta Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS) foi a estratégia criada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2009) de articulação, troca de experiências, promoção de debates coletivos e da construção de conhecimento na área de educação profissional em saúde, visando o fortalecimento da formação de nível médio para a saúde. O Ministério possui, ainda, na Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, um Departamento com a mesma denominação, que tem como projeto o incentivo ao fortalecimento das ações das ETSUS.

A origem das ETSUS remonta ao Projeto Larga Escala, projeto de formação de profissionais da área de enfermagem, iniciado em 1985. As ETSUS estão ligadas à gestão da saúde e adotam os princípios e diretrizes do SUS, como norteadores em sua prática formativa. Apresentam como princípio pedagógico a integração ensino-serviço-comunidade para fortalecer o SUS (BRASIL, 2011).

No Município de São Paulo existem duas ETSUS, uma pertencente à Secretaria Estadual de Saúde e outra vinculada à Secretaria Municipal da Saúde (SMS) da cidade de São Paulo.

3.2 A ESCOLA TÉCNICA DO SUS DA CIDADE DE SÃO PAULO

A ETSUS-SP, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, foi oficialmente criada em junho de 2002 (MONTEIRO, 2009), por meio do Decreto nº 42.120/2002. Este momento tornou-se instituinte, (BAREMBLITT, 1992), pois proporcionou uma grande força de renovação e transformação.

Entretanto, desde 1990 desenvolvia cursos sob o nome de Núcleo de Formação do Centro de Formação dos Trabalhadores da Saúde - CEFOR. A partir de 2003, a Escola ganhou autonomia para a certificação dos cursos de nível médio, criando nove unidades desconcentradas em cinco macrorregiões da cidade.

Cabe citar que, atualmente, a ETSUS-SP faz parte da Escola Municipal de Saúde (EMS-SP), antigo CEFOR, reorganizada pelo Decreto Municipal de nº 52.514/2011 (SÃO PAULO, 2011).

Hoje são seis as unidades desconcentradas em funcionamento, duas na região leste e uma na região norte, centro-oeste, sul e sudeste.

Considera-se uma escola desconcentrada uma subdivisão da EMS-SP que, para ser mais resolutiva num município de grandes dimensões como o de São Paulo, adotou como uma de suas características básicas, a desconcentração. Diferentemente da descentralização, onde a autonomia administrativa é deslocada com parte de seu funcionamento, a desconcentração refere-se à permanência do gerenciamento na sede, desconcentrando, apenas, o funcionamento da equipe que, sem autonomia segue as diretrizes desta sede. Tem-se, então, a gestão escolar e coordenação centralizadas na EMS-SP, com desconcentração de seus cursos nas ETSUS de cada Coordenadoria Regional de Saúde (CRS) do município.

É finalidade precípua de a EMS-SP oferecer cursos de Educação Profissional aos trabalhadores do SUS, assim como capacitação dos representantes da sociedade civil, com vistas ao controle social desse sistema e à melhoria da qualidade do cuidado em saúde prestado à população (SÃO PAULO, 2011). A educação profissional em saúde compreende a formação inicial ou continuada, a formação técnica de nível médio e a formação tecnológica de pós-graduação.

A ETSUSSE é subordinada, tecnicamente, à EMS-SP. Foi criada no sentido de desconcentrar as ações da Escola Municipal, de forma a facilitar o acesso dos

trabalhadores do SUS aos locais de funcionamento dos Cursos. Será abordado a seguir, de forma resumida, um pouco de sua história.

3.3 A ESCOLA TÉCNICA DO SUS DA REGIÃO SUDESTE

Em 2004, iniciaram-se as atividades da Escola Técnica do SUS, desconcentrada da Região Sudeste (ETSUSSE), tendo operado, desde sua criação, em conjunto com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas ligada à Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste (CRSSE). Ao longo destes anos, a ETSUSSE concluiu vários cursos, como técnicos de farmácia, enfermagem, agentes comunitários em saúde e saúde bucal. Mas a parceria com a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, também significou um atravessamento, (BAREMBLITT, 1992), pois trouxe pontos positivos, como melhoria da oferta dos recursos humanos, mas também pontos negativos, como a falta frequente de salas de aula, exigindo sempre uma negociação com entidades parceiras para conseguir um ambiente físico para a realização dos cursos.

A partir de novembro de 2012 a ETSUSSE passou a funcionar em novo local, um imóvel alugado que possibilita a execução de seus cursos em suas salas de aula. A instalação da ETSUSSE vem se constituindo como elemento desafiador para a gestão da CRSSE, em face de demandas variadas de recursos materiais, humanos e de autorização para seu funcionamento junto a Secretaria de Educação. Nesse sentido, importante interface é exercida pela área de Desenvolvimento de Pessoas, no diálogo com a gestão da CRSSE.

Para melhor entendimento do cenário desta proposta de intervenção, faz-se necessário abordar, mesmo que de maneira sucinta, alguns aspectos da CRSSE:

3.4 A COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE SUDESTE

Dividida administrativamente em cinco Supervisões Técnicas de Saúde (STS), compreende os territórios de Penha e Ipiranga, Vila Prudente e Sapopemba, Jabaquara e Vila Mariana, Mooca e Aricanduva, Formosa e Carrão. Conta com aproximadamente 2.649.670 habitantes, com um crescimento populacional negativo de -0,19%, dentre os quais 13,7% são crianças, 10,4% são adolescentes, e 15,3%

são de pessoas idosas. O índice de envelhecimento da população é de 47,9% (IBGE, 2010), sendo que 50,6% das pessoas dependem do SUS para o atendimento em saúde. As principais causas de óbitos na CRSSE entre os anos de 2005 e 2010 foram as doenças isquêmicas do coração e cerebrovasculares, pneumonias, bronquites e enfisemas. Nos anos de 2005, apresentava a 8ª maior causa de óbitos por homicídio, passando em 2010 para a 14ª, em comparação ao restante do município. Possui 207 equipamentos de saúde, com 31,7% de cobertura de equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF). Conta atualmente com 48 unidades com a ESF, sendo 203 equipes que em rede com as demais unidades procuram garantir acesso, continuidade, integralidade na coordenação do cuidado com foco na necessidade do cidadão (CEInfo/SMS).

Conta com 10.266 funcionários que representam o universo da clientela da ETSUSSE. Destes, 4.018 possuem escolaridade superior, 3.895 nível médio e 2.353 possuem nível de escolaridade básica. É para servir a estes funcionários, (especialmente de nível médio e básico de escolaridade) que a escola existe e foi criada. É para oferecer-lhes uma formação de fato imbricada em suas necessidades profissionais que se propõe aqui a construção do PPP que direcione a prática educativa.

A construção do PPP da ETSUSE é importante para a CRSSE, pois poderá precisar quais trabalhadores do SUS desta região se constituirão no público alvo da ETSUSSE. Dados do Programa de Formação de profissionais de Nível Médio para a Saúde (PROFAPS) apontam que 60% dos trabalhadores do SUS possui o nível médio, requisito mínimo necessário (concluído ou em vias de conclusão) para o aluno cursar a formação técnica em uma Escola Técnica do SUS.

O Sistema de Informação de Recursos Humanos da CRSSE (SISRH/CRSSE) poderá se constituir como ferramenta para a atualização das necessidades de formação técnica dos trabalhadores do SUS da região Sudeste. Poderá auxiliar no planejamento de oferta de vagas para os cursos, dentre outros indicadores.

As características do processo de saúde/doença da população da região Sudeste poderá subsidiar o apontamento de tais necessidades. Neste sentido, todos os dados obtidos por CEInfo podem também contribuir na elaboração deste diagnóstico.

Uma vez que tem sido proposto o trabalho em rede entre todos os serviços da CRSSE, a ETSUSSE não pode permanecer alheia a esta proposta, podendo, também, se caracterizar como uma “Escola Integral”, no sentido de oferecer serviços com foco na necessidade de seu território, de forma integrada.

Para revelar o contexto em que o tema desta proposta surgiu relata-se, a seguir, a sequência dos fatos que levaram a eleger a apresentação de uma proposta de construção do PPP para a ETSUSSE.

3.5 O PPP ENQUANTO TEMA DE INTERVENÇÃO

Com o início do curso de Especialização em Gestão Pedagógica (CEGEPE) pela Universidade Federal de Minas Gerais acalentou-se a ideia de propor como trabalho de intervenção ao final do curso (TCC), uma revisão do PPP da EMS-SP, à qual a ETSUSSE está vinculada, enquanto escola técnica desconcentrada, como já foi dito anteriormente. Esta necessidade surgiu após a busca pela versão mais atualizada do PPP. Localizou-se a versão de 2006, ainda com a denominação de Projeto Pedagógico.

No entanto, em maio de 2012, uma pedagoga, contratada como consultora a partir de um termo de cooperação internacional com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), iniciou um diagnóstico da realidade escolar, de modo a levar os atores envolvidos a construir uma nova versão do PPP para a EMS-SP e, por contingência, para as ETSUS desconcentradas, o que levou ao abandono da ideia de revisão do PPP da EMS-SP.

Em seu processo de trabalho, a pedagoga fez entrevistas com alunos, professores, coordenadores, chamando para que se discutissem questões relativas ao PPP da EMS-SP. Neste momento, recuperou-se a ideia de propor uma revisão do PPP da EMS-SP.

O processo de consultoria se desenrolou por todo o ano de 2012 e no mês de janeiro de 2013 foi apresentada uma nova pedagoga que daria prosseguimento aos trabalhos, levando os atores a construir uma nova versão do PPP. Ocorreu, então, uma grande discussão onde os participantes reclamaram por não terem sido convidados para as construções anteriores, não saberem do que se tratava o tema, não terem sido esclarecidos a respeito da construção do PPP, inviabilizando a

atividade daquele dia. A vivência deste dia foi crucial para formular a proposta de intervenção que iria constituir este TCC. Passou-se a pensar em relatar as dificuldades para se construir um PPP.

No encontro presencial do CEGEPE esclareceu-se que toda escola precisa ter o seu PPP. Retomou-se a proposta de construção, pois a ETSUS Sudeste nunca teve um PPP e, mesmo o da central, ainda não "nasceu". A versão oficial de 2006 é um Projeto Pedagógico e tudo leva a crer que não foi construído coletivamente. Aqui se acrescenta o diferencial deste trabalho que enfatiza a construção coletiva.

Mas, antes que se passe ao próximo tópico é necessário esclarecer que, ao propor a construção de um PPP para uma das filiais da EMS-SP, não se desejou burlar a política vigente de criação de um PPP unificado para todas as estruturas da escola. Ressalta-se que a ideia foi de elaboração de uma proposta para a criação de um PPP que integrasse o território da região sudeste e que servisse de identificação aos profissionais da escola deste território.

A ETSUSSE desde sua criação em 2004, sempre esteve vinculada à CRSSE e à EMS-SP. No último ano (2012), a direção da EMS-SP, juntamente com a Coordenação de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Saúde passou a investir na ideia de dar maior autonomia às ETSUS. Esta ideia está ganhando corpo com o início da atual gestão da prefeitura (2013 a 2016) que se propõe a realizar um governo de maior participação social. Nos últimos meses, tem sido discutida a possibilidade de transformar cada ETSUS desconcentrada em Escola Municipal de Saúde Regional. Pela vivência deste acontecimento histórico, ousa-se apresentar aqui uma proposta de construção de um PPP para a ETSUSSE que se for transformada em Escola Municipal de Saúde Regional Sudeste (EMSR-SE) necessitará ter um PPP próprio, com o qual os profissionais se identifiquem e se vejam retratados na realidade de seu território.

Neste contexto, a educação profissional enquanto fator de desenvolvimento profissional dos trabalhadores do SUS estará mais fortalecida para consolidar o sistema de saúde, uma vez que o investimento em formação destes trabalhadores almeja a melhoria dos processos de trabalho e do serviço prestado na assistência. Assim, se faz necessário pensar e planejar uma escola técnica que ofereça ensino de qualidade aos trabalhadores e usuários deste território. Faz-se necessário,

também, a construção de um PPP participativo, valorizando o protagonismo dos atores envolvidos.

Relaciona-se a seguir as principais definições de PPP que embasaram a construção desta proposta de intervenção.

4 CONTEXTUALIZAÇÕES TEÓRICAS

4.1 O CONCEITO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP

“Projetar-se é relacionar-se com o futuro, é começar a fazê-lo. E só há um momento de fazer o futuro – no presente. O futuro é o que viveremos como presente, quando ele chegar” (RIOS, 1992, p. 74).

A sociedade atual instituiu a “cultura de projetos,” onde as pessoas realizam condutas que as levem a prever e explorar o futuro com uma ação frequente no presente (BAFFI, 2002). Mas esta necessidade de influenciar o futuro só tem sentido se a tentativa cumprir a função de melhorar as condições de vida dos seres humanos.

Pensar a construção do PPP é refletir sobre a escola, seu papel, sua função, seus fins e seus desafios, no contexto das políticas educacionais que refletem as condições socioeconômicas e culturais do país (BARBOSA, 2012).

Para melhor compreender o significado de Projeto Político Pedagógico, partiu-se do sentido etimológico.

O termo projeto significa *“project”*, do latim, particípio passado do verbo *“projicere”*, que significa lançar para adiante (VEIGA, 2002).

O significado da palavra projeto é coerente com os desejos humanos de prever o futuro. Talvez este fato justifique a necessidade humana de melhorar as condições de vida na sociedade.

[...] No plano educacional, ao elaborar projetos e planos nas escolas é como se nos lançássemos para adiante, planejando o que se tem a intenção de fazer, de realizar, buscando o possível, como se quiséssemos antever um futuro diferente do presente, melhorando a qualidade de ensino (GADOTTI, 1994, p. 579).

Todo projeto pedagógico de uma escola é também um projeto político (VEIGA, 2002), por manter um compromisso sociopolítico com os reais interesses da população escolar. É político por se comprometer com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. A dimensão pedagógica reside na possibilidade de efetivação

da intencionalidade da escola, ao formar cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

As dimensões política e pedagógica aliam-se ao projeto de forma indissociável. O Projeto Político Pedagógico revela o que a escola deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como, os meios para concretizá-los é o que dá forma e vida ao PPP (GESTÃO ESCOLAR, 2010).

Vasconcellos, autor da perspectiva do planejamento participativo, afirma que:

[...] O PPP pode ser entendido como a sistematização nunca definitiva de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura de realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico metodológico para a transformação da realidade. (VASCONCELLOS, 2011, p. 17).

No entanto, o PPP não deve ser pensado como um plano de ensino e de atividades diversas (VEIGA, 2002). Também não deve ser construído para ser arquivado em seguida, ou encaminhado às autoridades e hierarquias superiores, como prova do cumprimento da tarefa burocrática. Ele deve ser construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Segundo Libâneo (2004), é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar. Na verdade, o Projeto Político Pedagógico é a expressão da cultura da escola com sua (re) criação e desenvolvimento, impregnada de crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que participaram da sua elaboração.

Conforme Veiga (2002), o Projeto Político Pedagógico pode ser construído e embasado em uma visão estratégico-empresarial ou emancipadora. Tomando esta última como visão de referência, segundo a autora acima, o PPP é construído coletivamente com os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, em uma visão de unicidade entre a teoria e a prática, não havendo primazia de uma sobre a outra. A prática é concebida como ponto de partida para produção de novos

conhecimentos. Teoria e prática são distintas, mas inseparáveis na construção do projeto.

Assim, toda instituição que pretenda desenvolver prática participativa deve ter como foco o exercício do diálogo e saber lidar com as diferenças (VEIGA, 2008), trata-se, pois, de permanente exercício social e político de construção de protagonismo.

[...] Os PPP(s) partem de orientações oficiais e são recriados e resignificados de acordo com as necessidades de cada escola. Nesse entendimento, ele garante as especificidades culturais, ideológicas, históricas, políticas da escola, sem negar o instituído e projetando o instituinte. (BARBOSA, 2012, p. 235).

Segundo o referencial Sócio-histórico que concebe o ser humano como um ser de atividade, o PPP *“contém os elementos que definem a condição humana: possui metas, define ações, elege instrumentos e estabelece critérios que permitirão avaliar o grau de sucesso alcançado na atividade educativa”* (MOURA, 2000, p. 27). Assim, o PPP se configura como meio e fim para que essa condição humana seja vivenciada no meio escolar.

Para ser entendido como atividade deve ser um projeto de sujeitos que, a partir de suas necessidades, engajam-se num plano de ação coordenado, envolvendo os diversos segmentos da escola. Permite o aprofundamento da construção consciente da identidade do coletivo da escola e o crescimento pessoal e profissional dos atores envolvidos. (ARAÚJO; CAMARGO; TAVARES, 2002, *apud* ASBAHR, 2006).

Pelo trabalho de construção do PPP os participantes não apenas produzem instrumentos, mas estão em relação com outros homens. Ao articular o conhecimento historicamente acumulado, “toma-se a posse” do que a humanidade construiu, com um movimento de pensar sobre, estabelecendo-se a dinâmica do conhecimento feito e se fazendo (MOURA, 2000) instituído e instituinte (BAREMBLITT, 1992). Isto vale tanto para o estudante como para o professor, para a direção, funcionários, enfim, para todos.

Assim os indivíduos formam o coletivo, que por sua vez forma os indivíduos. Os projetos, ao envolverem a apropriação do conhecimento, estabelecem um significado social e um sentido pessoal à cultura (ARAÚJO, 2006, p. 106). A

compreensão do projeto como atividade significa superar uma vulgarização de que tem sido vítima o conceito de projeto. Supera-se o “projetismo” e vivencia-se um projeto que humaniza, em uma dinâmica dialética que tem o projeto como atividade e a atividade como projeto.

Adota-se neste trabalho, segundo o referencial Sócio-histórico o conceito de que o PPP é o (des) encadeador de uma escola que aprende e se desenvolve pela formação de homens e mulheres com melhor qualidade humana (ARAÚJO, 2006, p. 96). O projeto é compreendido como uma atividade humana, de natureza social e política, realizado coletivamente e, como trabalho, vale-se de instrumentos e signos que modificam não apenas o objeto, mas os seres humanos que o realizam, fazendo coincidir educar com humanizar (ARAÚJO, 2006, p. 109).

Já o enfoque metodológico participativo propõe que o homem, juntamente com seus iguais, discuta seus problemas comuns e construa, a partir de um processo de trocas e buscas comuns, o futuro da comunidade na qual está inserido. Neste sentido, aproxima-se do referencial Sócio-histórico.

De acordo com Vasconcellos (2011) o projeto construído por esta metodologia tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima, um “*ethos*” onde professores e equipe se sintam responsáveis por aquilo que acontece na escola.

Segundo a perspectiva de construção do PPP de forma participativa há toda uma preocupação em se provocar, despertar para o desejo de participar; tal empenho não vem de um princípio formal, mas de uma crença profunda na necessidade de participação para a construção de uma história pessoal, institucional e social diferente (VASCONCELLOS, 2011).

Aqui repousam os motivos da escolha deste enfoque para este trabalho de intervenção. Tal escolha deu-se pela confiança de que a construção participativa do PPP pode ser um importante espaço de construção do coletivo escolar de forma realmente participativa.

A seguir será abordada a visão da construção do PPP na educação profissional em saúde, utilizando para esta apresentação dados de uma pesquisa de mestrado realizada em todas as escolas técnicas do estado de São Paulo.

4.2 O PPP NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Em pesquisa realizada nos anos de 2005 e 2006, dentre as escolas do estado de São Paulo encontrou-se diferenças no que diz respeito ao nível de discussão, elaboração e utilização dos documentos de referência para os processos de ensino-aprendizagem. No contexto dos documentos pesquisados nas escolas, aparece o PPP. Enquanto algumas escolas já haviam elaborado e tomado como referência o PPP desenvolvido pelas próprias equipes das escolas, outras não dispunham de quaisquer documentos que expressassem os princípios e as diretrizes para o trabalho pedagógico (MONTEIRO, 2009).

De fato, no momento da pesquisa, as escolas se utilizavam das diretrizes definidas pelo Ministério da Saúde, nos diferentes programas que, nos últimos anos foram desenvolvidos para a qualificação do trabalhador de saúde no nível médio, especialmente na área da enfermagem. Monteiro (2009) ressalta, também, que na época da pesquisa a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo não havia definido documento que exprimisse tais diretrizes para este nível de formação. O mesmo ocorria com a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo.

O marco doutrinal do PPP de uma das escolas pesquisadas mostrou que a principal característica do perfil de formação dos alunos dizia respeito aos aspectos éticos da atuação no SUS. Entretanto, chamou a atenção a dificuldade dos professores em determinar o que o aluno precisa aprender para desenvolver este perfil, preocupando-se mais com o modo de ministrar as aulas (MONTEIRO, 2009).

Segundo o autor da pesquisa

[...] a posição de negação da 'escola tradicional' ou do 'modelo tradicional de ensino' e, principalmente, a correlação direta que os professores faziam entre esse modelo e algumas formas e técnicas pedagógicas – em especial a aula expositiva e o registro sistematizado – originavam processos muito pouco formais nas aulas que, no nosso entender, podem dificultar a compreensão de conceitos e conteúdos fundamentais para o desenvolvimento das aprendizagens necessárias ao perfil desejado” (MONTEIRO, 2009, p. 48).

A pesquisa de Monteiro (2009), ao detectar a pouca condução presente no processo ensino-aprendizagem, a dificuldade dos professores em expressar quais são as aprendizagens necessárias para que o perfil de formação do aluno seja

alcançado e as frágeis condições de vínculo e ausência de processos de formação e supervisão do corpo docente no decorrer dos cursos, levou o autor a concluir que havia evidências da existência de lacunas entre o perfil desejado para o trabalhador de nível técnico da saúde e o processo de ensino-aprendizagem que, efetivamente, se desenvolvia nas ETSUS do estado de São Paulo.

Utilizou-se dos resultados desta pesquisa para corroborar a ideia de que o mesmo pode estar sucedendo no município de São Paulo, uma vez que também a ETSUS-SP foi alvo desta pesquisa realizada em todas as escolas do estado.

Há de se considerar, entretanto, o atual estágio de desenvolvimento da área de educação em saúde, na Cidade de São Paulo. Importante contribuição à contextualização desta área pode ser encontrada no texto que relata os esforços da área de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, (ALMEIDA, MARINHO, 2012) para mudar de um patamar de “*executor da folha de pagamentos em agente transformador*” (p. 203). Apresenta, assim, um relato das realizações em termo de Legislação, Informação, Regulação, Desenvolvimento, Ensino e Produção Científica.

No âmbito estadual, particularmente no texto: “*Avanços e perspectivas na política de gestão de recursos humanos: desenvolvimento de pessoas e qualificação dos profissionais do SUS/SP*” (SEIXAS, 2009), apresenta-se os avanços da área de Formação dos Trabalhadores para o SUS, onde se observa a evolução dos campos da Política de Recursos Humanos e a conjuntura de inserção do SUS na atual realidade, destacando-se:

- a) A Gestão da Política de Educação Permanente para o SUS-SP;
- b) Formação Especializada para a Atenção à Saúde;
- c) Cursos de formadores e apoiadores da Política de Humanização;
- d) Gestão de Projetos e apoio Gerencial;
- e) Colegiado de Gestão.

Diante desta realidade política advoga-se, aqui, a necessidade de revisões periódicas do PPP das ETSUS enquanto instrumento de diálogo e de direcionamento das ações desenvolvidas, bem como, de construção do documento nas escolas que ainda não o possuem, como no caso da ETSUSSE. Sabe-se que as

ações das ETSUS “*são indispensáveis para que se possa, efetivamente, alcançar as mudanças necessárias para a consolidação do SUS como projeto político que valoriza, fundamentalmente, a vida humana*” (MONTEIRO, 2009, p. 50).

4.3 A CONSTRUÇÃO DO PPP DE FORMA PARTICIPATIVA

Utilizam-se aqui as contribuições do planejamento participativo, segundo Vasconcellos (2011).

Assim como outros processos educativos, a construção do PPP da ETSUSE exigirá dos participantes, e em especial da equipe de coordenação os três níveis de competências, em geral necessários na formação humana: conceitual, procedimental e atitudinal (VASCONCELLOS, 2011).

Conceitualmente há a necessidade de precisar o conceito de Projeto Político Pedagógico, diferenciando-o de Regimento Escolar e de Planos de Ensino. É necessário definir os princípios, porém não se pode parar nestes. Deve-se, ainda, ter clareza que construir a identidade da escola não é apenas ter um rótulo. A menção de uma determinada linha teórica pode atrapalhar na medida em que cada um pode entender algo diferente pelo mesmo termo.

Uma das maiores preocupações de quem está desencadeando o processo de elaboração do PPP refere-se ao envolvimento dos participantes. Há uma queixa frequente quanto à ausência de participação, engajamento e compromisso com esta elaboração. Mas o projeto é justamente a forma de enfrentar a situação que se apresenta, visando sua transformação. Espera-se a postura colaborativa do trabalho em equipe para o desempenho coletivo.

Para além de um texto bem escrito é fundamental o compromisso com alguns valores, princípios, visão da realidade, ação articulada com reflexão, enfim, práxis. A criação de um clima de projeto na escola ajuda, inclusive, a diminuir a rotatividade, que tem efeito desestruturador da atividade educativa.

A estrutura básica da elaboração do PPP na linha do planejamento participativo é composta de três grandes elementos, destacados no quadro abaixo, baseando-se em Vasconcellos, (2011):

MARCO REFERENCIAL	DIAGNÓSTICO	PROGRAMAÇÃO
Refere-se ao que a escola deseja construir; Visão de mundo; Visão de sociedade; Identidade.	É a avaliação da distância em que se encontra do horizonte almejado; É a realidade da escola	Refere-se aos passos a serem dados para diminuir a distância entre o que se tem e o que se quer ter; Plano de ação para solução dos problemas.

Na perspectiva do planejamento participativo, inicia-se a construção do Projeto Político Pedagógico - PPP com a construção de um referencial. Esta é uma exigência teórico-metodológica para que se possa chegar à ação transformadora.

Isto porque a elaboração participativa do Projeto Político Pedagógico é uma oportunidade ímpar de a comunidade definir, em conjunto, a escola que deseja construir, ou seja, o marco referencial onde se avalia a distância em que se encontra do horizonte almejado, chegando ao diagnóstico, definindo depois os passos a serem dados para diminuir esta distância, por meio da programação.

Um dos grandes desafios do processo de planejamento é localizar bem as necessidades. O planejamento participativo busca a definição exata, coletiva e crítica de necessidades. Este momento diz respeito ao diagnóstico que, tendo como base o marco referencial, se propõe a discutir acerca do ideal e do real. É a hora de fazer um levantamento da realidade da escola.

No momento da programação, devem-se estabelecer objetivos, estratégias e ações frente aos problemas detectados no diagnóstico, traçando um plano de ação para solucioná-los a curto, médio e longo prazo.

Com o crescimento da autonomia escolar vem ganhando importância a avaliação da escola em seu conjunto, feita por ela mesma. É a avaliação institucional, uma espécie de autoavaliação da escola. Esta avaliação mais geral e sistemática da escola (normalmente feita uma vez por ano) deve ser articulada com outras, de processo, sendo importante a criação de dispositivos simples e exequíveis para tal.

A participação é uma resposta a um dos anseios mais fundamentais do homem: ser levado em conta, tomar parte, ser incluído, ser respeitado. Mas a

participação só tem sentido quando existe por detrás uma ética, uma disposição em mudar realmente o que for necessário e não apenas as aparências. A participação é um direito (ao fazer parte da polis) e um dever (de sair do comodismo, de delegação para o outro que gera o paternalismo). Pela participação o indivíduo assume a condição de sujeito e não de objeto.

Cabe então, verificar a seguir, quais serão os desafios para a construção do PPP em uma Escola Técnica, de forma participativa, em uma região do município de São Paulo.

4.4 DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE UM PPP DE UMA ETSUS NA REGIÃO SUDESTE DE SÃO PAULO

“É possível refundar as Escolas Técnicas de Saúde, buscando ancorar novas experiências baseadas em solidariedade, participação e criatividade” (SÓRIO; LAMARCA, 1998, p.162).

Os desafios que se colocam frente à tarefa de construir o PPP de uma escola técnica, mais especificamente da ETSUSSE, dizem respeito à sua história, seu contexto e sua prática até o momento desenvolvida.

Retomam-se aqui as características administrativas e pedagógicas que ao longo dos nove anos de seu funcionamento têm marcado seu desenvolvimento, bem como, de muitas ETSUS de nosso país.

Como as demais escolas técnicas desconcentradas do município de São Paulo, a ETSUSSE tem se mantido atrelada administrativamente à Coordenadoria Regional, no caso a CRSSE, e pedagogicamente à EMS-SP. Somente esta dupla vinculação já reflete a cisão em que se mantém a ETSUSSE.

Falar de construção de PPP, antes de qualquer coisa, implica em convencimento a estas duas estruturas, a primeira por responder diretamente sobre a dispensa dos profissionais que formam a comunidade escolar, alvo desta intervenção, a outra por estar em construção de um PPP que se propõe a ser único e extensível a todas as demais estruturas que a compõem.

Porém, sem abrir mão de um PPP que expresse a integração de seus atores e a possibilidade de atender às peculiaridades da comunidade escolar da região

sudeste, lançam-se aqui os desafios de sua construção participativa e, mais que isso, de sua implantação.

A descentralização administrativa da ETSUSSE, ao longo de sua história recente, a tem colocado em privação de recursos financeiros. Ao apontar as necessidades e solicitar sua satisfação para a CRSSE e para a EMS-SP, órgãos que pouca articulação mantém entre si, deixa-se a desejar seu cumprimento, delegando ao outro sua satisfação. Entende-se que a responsabilidade administrativa seja da CRSSE e que, portanto, precisa favorecer melhor diálogo entre suas áreas, Administrativa, de Orçamento, Compras e Finanças com a ETSUSSE.

Observa-se, como característica já apontada em outras escolas técnicas (SÓRIO; LAMARCA, 1998, p.151), *“insuficiência de recursos humanos e financeiros; baixa autonomia de gestão; baixo prestígio político e insuficiente articulação de parceiros [...] condicionadas pela baixa visibilidade do trabalho e incompreensão das funções de uma escola no Sistema de Saúde”*.

Constata-se que, também a ETSSUSE padece da falta de reconhecimento, enquanto instrumento de fortalecimento do SUS na formação e desenvolvimento de pessoal no território da CRSSE.

A prova disto está na dificuldade de dispensa de alunos-trabalhadores para realizarem os cursos e mais ainda, na dificuldade de liberação de docentes-trabalhadores que colaborem com a concretização, por exemplo, do curso Técnico de Vigilância em Saúde (TVS), curso em andamento na ETSUSSE.

Tendo em vista que as unidades de trabalho da CRSSE se constituem como o *“locus”* de aprendizagem dos alunos da ETSUSSE, é necessário que se estabeleçam acordos entre os gestores das unidades, das Supervisões de Vigilância (SUVIS), das Supervisões Técnicas de Saúde (STS) da CRSSE, objetivando autorização da dispensa dos trabalhadores-alunos e trabalhadores-docentes. Aqui se reivindica a intensificação da parceria com o setor de Desenvolvimento da CRSSE para ratificar estas negociações. A mediação do setor de Desenvolvimento pode ainda ser necessária na elaboração em conjunto dos planos curriculares pelos profissionais da ETSUSSE com os profissionais das áreas técnicas. Afinal, ninguém melhor do que estes profissionais dos territórios para ajudarem a definir as estratégias mais adequadas e que melhor atenda e respeite o aluno trabalhador.

Embora também na CRSSE a história da ETSUSSE tenha se desenvolvido a partir do curso larga escala, ainda não é reconhecida em seu papel de referência na formação dos trabalhadores. Poucos são os que a conhecem. Argumenta-se aqui a construção de um PPP participativo que possa definir a identidade da escola e que conduza à articulação com as instâncias, organismos e respectivos gestores, formalizando parcerias para a efetiva oferta de vagas em cursos técnicos e programas de formação que nasçam das reais necessidades dos locais de trabalho.

Para garantir qualidade dos cursos de formação profissional técnica de nível médio, que é sua função, a ETSUSSE precisa também desenvolver instrumentos para qualificar sua demanda nos territórios de assistência à saúde, evitando, assim, ser somente um executor dos cursos projetados e programados pela EMS-SP, ou apenas executar os “pacotes de cursos” recebidos do Ministério.

Para desenvolver profissionais críticos é necessário que a escola desenvolva a crítica e autonomia para pesquisar quais cursos são necessários à sua população e recursos para realizá-los, conquistando, assim, o reconhecimento de sua função social em seu território. É necessário que possibilite a formação de docentes críticos e reflexivos, oferecendo cursos de formação, qualificação e pós-graduação de qualidade, pois não há como formar pessoas críticas sem tê-la desenvolvido.

O reconhecimento da função social depende do estabelecimento de um corpo docente fixo ou pelo menos que não tenha um vínculo de trabalho tão precário, frágil com a escola e com o território da CRSSE. Uma forma de resolução deste problema seria a implantação da remuneração do trabalho docente, pois professores flutuantes, sem remuneração, cuja expectativa de cumprimento de metas no trabalho o impedem de cumprir metas educativas, repercute em falta de estímulos à pesquisa e à extensão, atividades inerentes ao papel do professor, especialmente do docente que se proponha a trabalhar integrado ao território. O ideal seria estabelecer um padrão de lotação de pessoal nas ETSUS do município, não apenas na ETSUSSE.

No que tangencia a EMS-SP, também são vários os desafios a serem enfrentados durante a construção do PPP da ETSUSSE para que este documento seja consolidado:

- Coordenação Pedagógica, com revisão de seus processos e fluxos de trabalho na EMS-SP, bem como, na ETSUSSE;

- Educação à Distância, que necessita ser melhor trabalhada, divulgada para que tenha maior adesão junto aos trabalhadores da CRSSE;
- Comunicação e TV Corporativa, elementos tecnológicos ainda distantes do fazer cotidiano da ETSUSSE.
- Centro de Documentação da EMS-SP e a estação BVS da ETSUSSE necessitam de maior integração para o desenvolvimento conjunto de projetos de gestão do conhecimento.

Outro aspecto desafiador a ser enfrentado na construção do PPP da ETSUSSE é a flutuação dos cursos. Uma vez que uma turma se inicia é sempre uma incógnita saber se haverá a próxima. Isto porque a continuidade muitas vezes depende de novos projetos, tramitações burocráticas demoradas e cumprimento das exigências da Secretaria Municipal da Educação (SME).

Como já foi revelado anteriormente, a ETSUSSE está vinculada à CRSSE administrativamente e, pedagogicamente à EMS-SP, devendo ainda responder à Delegacia Regional de Ensino (DRE/SME), responsável pela Supervisão Escolar na ETSUSSE.

A população em geral, objetivo maior da necessidade de melhoria da formação do trabalhador do SUS, se faz representar pela Gestão Participativa e seus conselheiros nos segmentos usuários, trabalhadores e gestores. Também a estes importa a construção do PPP da ETSUSSE, na medida em que a escola responsabiliza-se pela formação dos conselheiros que atuam na gestão participativa, ligando-os à Gestão da CRSSE e à EMS-SP, por meio dos cursos de conselheiros ministrados pela escola.

E todos estes diferentes instrumentos de gestão, devem estar afinados para que se produzam acordes não dissonantes na orquestra das escolas técnicas do SUS do município. Este talvez seja o maior desafio para atingir a harmonia necessária para a construção do PPP de forma participativa na ETSUSSE.

5 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO

Esta proposta de intervenção parte da indagação de como se pode construir um PPP de forma participativa.

Com a chegada da nova coordenação da ETSUSSE, em janeiro de 2012, bem como de novos membros na equipe, sentiu-se falta de um projeto próprio que pudesse nortear as ações dos professores, funcionários e alunos. Diante desta necessidade, buscou-se em documentos oficiais justificativas para a proposição de construção do PPP de uma escola técnica do SUS desconcentrada. Nada específico foi localizado, mas os documentos oficiais fortaleceram a ideia de sua proposição.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu (BRASIL, 1988) uma Política de Recursos Humanos na Saúde, definindo que a ordenação da formação de trabalhadores para o SUS é atribuição do Ministério da Saúde. Este fato tem possibilitado formar trabalhadores com perfil pertinente às necessidades técnicas e sociais emergentes das necessidades locais e regionais, objetivando o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Consta na Política de Educação Permanente (BRASIL, 2007) em seu parágrafo único:

[...] A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde deve considerar as especificidades regionais, a superação das desigualdades, as necessidades de formação e desenvolvimento para o trabalho em saúde e a capacidade já instalada de oferta institucional de ações formais de educação na saúde (BRASIL, 2007).

Além disto, no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, LDB/Lei nº 9394/96), em seu artigo 12, inciso I, prevê que os estabelecimentos de ensino assumam a tarefa de elaborar e executar sua proposta pedagógica, deixando explícita a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre suas intenções educativas. Desde então, sua construção passou a ser exigida também de forma coletiva.

Uma vez que a construção de um projeto tem sempre uma direção política, no sentido de como as pessoas que dele fazem parte se relacionam ou se relacionarão

em uma perspectiva futura, até mesmo uma Escola Técnica do SUS necessita construir e, de tempos em tempos, revisar sua Proposta Político Pedagógica.

Por último, a elaboração de uma proposta de construção do PPP da ETSUSSE se justifica com base no projeto de transformação da ETSUSSE em uma Escola Municipal de Saúde da Região Sudeste (EMS-SE) que está sendo veiculada pela gestão recém-iniciada (2013-2016) na Escola Municipal de Saúde (EMS-SP) ligada à Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) na Secretaria da Saúde (SMS) do município de São Paulo.

6 METODOLOGIA

Apresenta-se a seguir o processo metodológico percorrido, desde a idealização desta proposta de intervenção até a proposição propriamente dita.

6.1 TRILHANDO UM CAMINHO

Esta proposta de intervenção foi se delineando desde os primeiros dias de aula do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica realizado em 2012. No entanto, a proposta sofreu altos e baixos para atingir sua configuração final.

Iniciou-se pela busca de documentos oficiais que pudessem validar a construção do PPP para uma escola do SUS desconcentrada. Foram analisados documentos como, a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), a Política de Educação Permanente (BRASIL, 2007), Decretos e outras leis.

Pesquisou-se o histórico das ETSUS, da EMS-SP e da ETSUSSE. Esta última, sem um registro oficial, contou com o levantamento de depoimentos de funcionários há mais tempo na escola. Buscou-se caracterizar a CRSSE em seus aspectos geográficos (população) e de atendimentos em saúde (dados de mortalidade, número de pessoas dependentes do SUS), usando informações do Censo de 2010 e Coordenadoria de Epidemiologia e Informação (CEInfo /SMS).

Em seguida buscou-se em bases de dados, artigos e referências teóricas para a construção do conceito de PPP. Uma vasta gama de textos foi localizada, além de artigos sob o referencial Sócio-histórico, que foi a postura teórica aqui adotada.

Desde as primeiras leituras, chamou à atenção a presença de artigos que mencionavam a gestão participativa, envolvendo um cunho político e de coresponsabilidade. Passou-se a buscar este enfoque, localizando-se a obra de Vasconcellos que sugere o planejamento de forma participativa. Adotou-se seu procedimento metodológico, uma vez que se coaduna muito bem com o referencial teórico escolhido.

A metodologia (VASCONCELLOS, 2011, p.42) de elaboração do projeto no planejamento participativo segue a sequência dos três grandes elementos do

projeto: Marco referencial, Diagnóstico e Programação. Para operacionalizar a execução destes, trabalha-se em etapas, assim delineadas:

- a) Sensibilização e Apresentação da tarefa;
- b) Resposta individual por escrito;
- c) Sistematização das respostas;
- d) Plenário

A sensibilização (VASCONCELLOS, 2011) é de extrema importância, pois se o sujeito não se envolver, mesmo que esteja participando, vai parecer que o projeto “é da direção ou da mantenedora da escola”, algo externo a ele. A elucidação da tarefa (o que é, como se faz aquela parte) é também muito importante para evitar desgastes ou desperdícios na elaboração. A elaboração individual das respostas (presencialmente) pede que se garanta tempo suficiente para responder a todas as questões desejadas. É necessário pedir que os participantes se expressem de forma mais clara possível. Evitar chavões como, (que dizem tudo e podem nada comunicar), “identificar-se” e, “passar a limpo”. Na sistematização das respostas, deve-se procurar sistematizar as contribuições, sem nada excluir. É importante dar a máxima fidelidade às respostas dos participantes. Já no plenário, todos devem ter o texto em mãos, preferencialmente com uma leitura prévia. O plenário pode funcionar com a leitura do trabalho de síntese; análise da fidelidade (o grupo se reconhece no texto?); análise técnica (é pertinente à parte do projeto que está sendo elaborada? Por exemplo, é um texto com característica do marco referencial?); análise do conteúdo (o grupo concorda com as ideias expressas?).

O coletivo geral deve estar reunido em pelo menos quatro momentos: após a sensibilização, quando se decide fazer o projeto, nas definições dos textos do Marco Referencial, do Diagnóstico e da Programação, podendo ocorrer desdobramentos de cada uma destas partes. Só se inicia a elaboração de uma nova parte depois que a anterior já estiver concluída.

A execução desta metodologia baseia-se em perguntas que são feitas tendo como referência as dimensões fundamentais para a instituição, determinadas pelo próprio grupo. A partir das questões e definições das dimensões elaboradas, cada membro é convidado a se posicionar pessoalmente por escrito; As contribuições individuais são organizadas em textos, que vão a plenário e, mais uma vez, e agora de forma coletiva, todos podem se posicionar e debater.

A avaliação deve ser parte integrante e constante do processo de construção do PPP. Para avaliar, segundo a perspectiva do planejamento participativo, usa-se o recurso do questionamento, da problematização, para provocar um desequilíbrio no sujeito e estabelecer um desafio que o leve a uma reflexão, e nova produção. As indagações devem se relacionar com a etapa do projeto a ser construído, devendo ser formuladas de forma clara, objetiva e direta, com vistas à participação, reflexão e inquietação com a realidade.

Pretende-se que os participantes, todos de relação profissional com a ETSUSSE, se candidatem espontaneamente, e que sejam representativos de toda a comunidade escolar, sendo em maior número possível de pessoas. Não se pode determinar a princípio o número de participantes, ou seja, antes do término da etapa de sensibilização, podendo fazê-lo a partir de então, tendo em vista o número de pessoas que se comprometerem a formar o grupo de participantes, por meio de um contrato de compromisso verbal.

Como já foi dito anteriormente, dos gestores depende a liberação dos atores para participarem desta proposta. Considerando que este preâmbulo tenha sido acertado, passaremos à proposta propriamente dita, com base nas etapas sugeridas por Vasconcellos (2011), propondo-se aqui realizá-las.

6.2 PROPONDO UM CAMINHO

6.2.1 Estabelecer os integrantes da comissão coordenadora

O ideal é que não sejam todos da ETSUSE, mas representativos da comunidade escolar, motivados pelo desejo de ver concretizada a construção do PPP da ETSUSSE. Sugere-se o número de, no mínimo, cinco pessoas, preferencialmente voluntárias, não necessariamente funcionárias da ETSUSE, para compor a comissão de organização para coordenar a construção em sua fase inicial e disparar as comunicações, sensibilizando os possíveis participantes. Após a definição destes atores, será discutido com os mesmos as etapas de elaboração e meios para a construção do PPP, bem como, a continuidade ou não da comissão de coordenação.

6.2.2 Sensibilização

Considera-se esta etapa a mais importante, no sentido de que é a desencadeadora de todo o processo. No período de 06 meses, a comissão inicialmente definida para realizar esta etapa, vai divulgar a ETSUSSE em seu território (considerando que muitos trabalhadores não a conhecem) e iniciar a campanha **“Projeto Político Pedagógico, uma construção participativa na Escola Técnica do SUS da Coordenadoria Regional de Saúde Sudeste – O que é Isso?”**. Propositivamente, o título da campanha de sensibilização termina com uma pergunta, desencadeando a problematização da tarefa.

Na sensibilização dos participantes, como recurso estratégico, propõe-se o uso de mensagens de textos curtas e pequenos vídeos a serem enviados por e-mail sobre este tema. Nos três primeiros meses será realizado o preparo do material necessário, com elaboração de textos, vídeos, cartazes, mensagens de texto para envio eletrônico, todos preparados a partir de discussões.

A partir do quarto mês, a comissão de, no mínimo, cinco pessoas, preferencialmente voluntárias, não necessariamente funcionárias da ETSUSE, irá a cada reunião de Supervisão Técnica de Saúde fazer a apresentação do material elaborado, exibindo também curto vídeo institucional que mostre a EMS-SP e a ETSUSSE (ou EMSR-SE), para que se tenha clareza que a Coordenadoria Sudeste possui uma escola de saúde que está ligada à EMS-SP, antigo CEFOR, como antigamente era conhecido. Anuncia-se, também, que o Projeto Político Pedagógico será construído. Havendo dúvidas, estas serão devolvidas para a plateia, para que se obtenham respostas do próprio grupo. Caso as dúvidas não apareçam, far-se-á estas questões aos participantes presentes:

- Alguém saberia dizer o que é PPP?
- Quem poderia responder o que é PPP?
- Alguém acrescentaria algo mais sobre o que é PPP?

A síntese será consolidada em forma de texto e em nova reunião será apresentada aos participantes para que estes opinem sobre inclusões e exclusões.

Ao longo do quinto e sexto mês serão enviados à comunidade pequenos textos, dentre estes os que foram elaborados pelos participantes, além de vídeo, fotos e/ou outros materiais sobre PPP, esclarecendo seu conceito e questionando

seu entendimento, dando, ainda, possibilidades de formulação de outros questionamentos.

Ao final do sexto mês, os possíveis participantes serão convidados para uma oficina com o título: **“Projeto Político Pedagógico: Esclarecendo o conceito. A quem cabe esta tarefa?”**, onde serão oferecidos aos participantes exemplares de PPP de várias instituições para que sejam examinadas, comparadas, etc. Cada participante deverá responder por escrito o que é PPP, além de outras questões pertinentes à compreensão do conceito. As respostas serão sintetizadas e levadas a plenário onde, novamente, serão debatidas para que se finalize um texto sobre a compreensão dos participantes.

Em seguida será trabalhada a questão: **“A quem cabe esta tarefa?”**, considerando-se que se trata especificamente de construir o PPP da ETSUSSE.

Ampla divulgação, por todos os meios de comunicação, será também veiculada sobre os resultados dos trabalhos realizados, para que o assunto não seja esquecido e para que os demais atores continuem tendo contato, opinando, decidindo e sentindo-se partícipes, já que se pretende contaminar o maior número de pessoas possível, elegendo os que se mostrarem disponíveis e interessados a participar.

6.2.3 Necessidade e possibilidade de Mudança - Despertar

Quando os participantes estiverem minimamente definidos e sentirem-se despertados para o desejo de participar da construção, pode-se iniciar os procedimentos de avaliação da continuidade ou não da comissão de coordenação e discussão das etapas de elaboração. Objetiva-se, nesse momento, levantar os possíveis componentes que farão parte da construção, realizando com estes um contrato de compromisso verbal, a partir dos profissionais que, atingidos pela sensibilização, mostrarem-se interessados em realizar a construção do PPP da ETSUSSE, por meio de discussões realizadas em oficinas durante seus horários de trabalho. Ressalta-se que, tal definição de participantes não pode restringir a adesão de novos. Um processo participativo deve possuir espaço de discussões constantes e, caso alguém solicite a adesão ou desistência, o restante do grupo deve se pronunciar a respeito.

6.2.4 Necessidade e Possibilidade de Planejamento - Projetar

Nesta etapa tem início os trabalhos de discussão e elaboração do Marco Referencial, Diagnóstico e da Programação. Aqui se insere o trabalho propriamente dito de construção do PPP, destacando-se a importância das etapas anteriores.

Todos os encontros são iniciados por uma dinâmica de integração, seguida pela definição do enquadre (duração de cada encontro, tarefa a ser realizada, data do próximo, etc.). Os participantes recebem algumas questões que devem responder individualmente e, após esta etapa, suas respostas são levadas a plenário para serem novamente discutidas, constituindo, assim, o documento de produção do grupo que, no encontro seguinte, é retomado com leitura e possíveis acertos para finalização.

6.2.5 Necessidade e Possibilidade de Avaliar

“Avaliar remete a reconhecer que esta ação pedagógica constitui um dos componentes do processo de ensino e aprendizagem e, se estabelece, necessária e coerentemente, com a proposta pedagógica como um todo” (SÃO PAULO, 2005, p. 116).

Para além da avaliação do aluno é necessário avaliar também, constantemente, a prática pedagógica. A avaliação institucional (VASCONCELLOS, 2011), que é a avaliação mais geral e sistemática da escola, deve abarcar todas as dimensões: Pedagógica, Comunitária e Administrativa.

Segundo Vasconcellos, (2011) no enfoque do planejamento participativo a avaliação da construção do PPP deve:

A - Analisar a Programação:

- Ações Concretas ;
- Atividades Permanentes;
- Linhas de Ação;
- Normas;
- Geral.

B - Analisar as Necessidades:

- Rever as necessidades;
- Detalhar melhor as necessidades levantadas.

C - Analisar o Marco Referencial

- Rever o Marco Referencial: Está seguindo na direção desejada?

O produto a ser construído pode se aproximar do modelo aqui apresentado (ANEXO A), considerando-se que o mesmo poderá seguir por outro caminho, se assim não fosse, não seria participativo. Aqui o modelo serve apenas como uma referência do que se espera que venha a ser construído. Foi utilizado o modelo da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (FIOCRUZ, 2005), em livre adaptação. Na programação (propostas curriculares ETSUSSE) foram exemplificados cursos previstos em futuro breve na ETSUSSE, podendo surgir outros no momento da construção do PPP.

Especial ênfase foi dada aos Fundamentos do Projeto, no que diz respeito aos processos de trabalho na saúde: atenção, vigilância, informações e registros, gestão (Marco Referencial) por se tratar de uma Escola Técnica de Saúde. Nos Projetos Especiais indicou-se trabalhar a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Educação à Distância (EAD), áreas que poderão ajudar a também constituir a identidade da escola, uma vez que é tema recorrente de dificuldade dos alunos trabalhadores o uso da tecnologia para Ensino à Distância e de pesquisa nas bases de dados, além da quase inexistência de trabalhos que possam ser incluídos na BVS. Ressalta-se que a BVS é um elemento que distingue a ETSUSSE das demais escolas técnicas desconcentradas ou regionalizadas do município.

Um quadro síntese da proposta de construção (APÊNDICE A) deixará mais claro o que se pretende desenvolver para chegar à construção do PPP da ETSUSSE.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em uma proposta de construção do PPP de uma ETSUS na conjuntura da CRSSE implicou em desafios maiores do que os que se imaginava inicialmente.

Nenhuma construção participativa pode ter início sem que sua necessidade seja também compartilhada por seus membros. Esta foi a principal aprendizagem suscitada pela elaboração deste trabalho. Muitas vezes a necessidade ainda não está clara, consciente, necessitando ainda desvelar-se, o que pode exigir um trabalho anterior de conscientização desta necessidade para realizar a construção. É o caso da construção do PPP para a ETSUSSE ou EMSR-SE.

A proposição desta intervenção também clareou a necessidade de negociações e pactuações anteriores com os gestores, para que a construção de fato venha a se efetivar. Outra dificuldade identificada foi o momento de transição entre uma gestão e outra, onde conceitos, nomenclaturas e diretrizes estão sendo definidos. Se por um lado a vivência deste momento histórico é motivador, por outro lado, reveste-se de incertezas e indefinições.

A escolha metodológica também se revestiu de dificuldades: Se por um lado resolve a questão da participação igualitária de todos os membros, por outro, impossibilita sua determinação em detalhes no cronograma de construção, pois se for de fato participativa, todos deverão determinar cada passo da construção, inviabilizando que se determinem a priori tais passos, sob o risco de se fazer para o outro aplicar, o que foge aos objetivos iniciais.

Retomando a pergunta que ensejou a elaboração desta intervenção: “Como se constrói um PPP de forma participativa?”. Esta experiência de elaboração levou a acreditar que a participação precisa ser efetiva desde o momento de sua concepção, desde o momento do nascimento da ideia. A sua realização se dará se os atores aderirem a esta ideia.

Quanto ao objetivo de “apresentar uma proposta para a construção participativa do PPP da ETSUSSE”, embora com incertezas sobre sua realização, pois depende de muitos fatores, dentre eles a transformação da Escola Técnica em Escola Municipal de Saúde Regional, foi concluído. A elaboração de tal proposta, além da ênfase na participação do coletivo escolar, sem a obrigatoriedade da tarefa

a ser cumprida, revelou a necessidade de se ter presente que as escolas da saúde ainda estão distantes de documentos de planejamento. Descobriu-se, também, que a etapa inicial de negociações com os gestores e de sensibilização dos participantes é condição determinante para a sua construção.

Conclui-se que, muito há por ser feito na consolidação das escolas da saúde, sejam elas técnicas ou não e o PPP pode ser o instrumento direcionador desta realização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Odeni de; MARINHO, Jane Abrahão. A Valorização das Pessoas para Valorizar a Saúde Pública em São Paulo. In: SÃO PAULO (Cidades), Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Escola Municipal de Saúde. **Construindo o SUS 100%**. SMS: São Paulo, 2012, Cap. XII, p. 203-211.

ARAÚJO, Elaine Sampaio. O Projeto Pedagógico como (Des) Encadeador do Trabalho Coletivo na Escola. **Educação: Teoria e Prática**, v. 14, n. 6, jan-jun. 2006 p. 95-111. Disponível em: <<http://www.cecemca.rc.unesp.br>>. Acesso em: 18 03 2013.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. Sobre o Projeto Político Pedagógico: (IM) POSSIBILIDADES DE CONTRUÇÃO. In: VIÉGAS, Lygia de Sousa Angelucci; BIANCHA, Carla (Orgs.). **Políticas Públicas em Educação e Psicologia Escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 77-115.

BAFFI, Maria Adélia Teixeira. Projetos pedagógicos: um estudo introdutório. *Pedagogia em foco*. Petrópolis (RJ): [s.n.] 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/gppp03.htm>>. Acesso em: 18 03 2013.

BARBOSA, Samara Wanderley Xavier. A significação do Projeto político Pedagógico: Um olhar avaliativo. **Espaço do Currículo**, v. 4, n. 2, p. 227-239, set. 2011 a mar. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec.>> Acesso em: 18 03 2013.

BAREMBLITT, Gregório F. Sociedade e Instituições. In: [s.n.] **Compêndio de Análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Constituição Federal** (1988). Brasília (DF): MS, 1988.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** - LDB n. 9394/96. Brasília (DF): MEC, 1996.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.970**. 25 de novembro de 2009. Institui a Rede de Escolas Técnicas do SUS e dispõe sobre as diretrizes para a sua organização. Diário oficial da União 2009; 26 nov.

_____. Ministério da Saúde. **Portal da Saúde**. 2011. Educação técnica. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1266>. Acesso em: 10 03 2013.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 1996, de 20 de agosto de 2007 que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Diário oficial da União, 2007; 20 de ago.

ESTEVAO, Adriana; BAGRICHEVSKY, Marcos. Educação profissional em saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, nov. 2007.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001100028&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 03 2013.

FIOCRUZ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Org.) **Projeto Político Pedagógico**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001100028>>. Acesso em 21 03 2013.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. In: MEC, **Anais**. Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9, 1994.

_____. **Educação e poder**: uma introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Senso 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia (MT): Editora Alternativa, 2004.

_____. Educação: Pedagogia e didática – o campo investigativo da pedagogia e da didática no Brasil: esboço histórico e busca de identidade epistemológica e profissional. In: PIMENTA, S. G. (org.). **Didática e formação de professores**: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTEIRO, Paulo H. Nico. O perfil de formação das Escolas Técnicas do SUS em São Paulo. In: Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. **Boletim do Instituto de Saúde (BIS)**, n. 48, nov. 2009, p. 46-50.

MOURA, Manuel Ariosvaldo de. **O educador matemático na coletividade de formação**. Uma experiência com a escola pública. São Paulo, 2000, 131p. [Tese] Livre Docência. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

PEREIRA, I. B; LIMA, J. C. F. Educação profissional em Saúde. In: FIOCRUZ, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2009.

RIOS, T. A. **Significado e pressupostos do projeto pedagógico**. Série ideias: O Diretor-articulador do projeto da escola. São Paulo: FDE, nº.15,1992, p.73-77.

PPP na prática. **Revista Gestão Escolar**. 11. ed., dez. 2010/ jan.2011. São Paulo: Ed. Abril. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br>>. Acesso em: 18 03 2013.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Saúde. **Decreto n. 52.514**. 25 de julho de 2011.

_____. Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Epidemiologia e Informação. **BOLETIM CEInfo em Dados**. Ano XI, n. 11, junho 2012.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal da Saúde. Centro de Formação e Desenvolvimento dos Trabalhadores da Saúde. Escola Técnica do SUS – SP. **Fundamentos Teórico-Metodológicos da Ação Didático-Pedagógica**. São Paulo, 2005. Texto Xerox.

SEIXAS, Paulo. Avanços e perspectivas na política de gestão de recursos humanos: desenvolvimento de pessoas e qualificação dos profissionais do SUS/SP. In: Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. **Boletim do Instituto de Saúde (BIS)**, n. 48, nov. 2009, p. 15-25.

SÓRIO, Rita; LAMARCA, Isabel. Novos desafios das escolas técnicas de saúde do SUS. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php 73311998000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-73311998000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 04 2013.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. Curso de Especialização Gestão Pedagógica, nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde – ETSUS. **Núcleo Temático II**. Editora CAED, 2012.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: Do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. Libertad: Centro de Pesquisa, Formação e Assessoria Pedagógica, 12. ed., 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político Pedagógico da escola**: Uma construção possível. 14. ed. [s.l.]: Papyrus, 2002.

_____. Projeto Político Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Org.). **As dimensões do Projeto Político Pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas (SP): Papyrus, 2008.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ANEXO A

PROPOSTA DE ROTEIRO PARA CONSTRUÇÃO DO PPP DA ETSUSSE

- | | | |
|--|---|--|
| D
I
A
G
N
Ó
S
T
I
C
O | } | <ol style="list-style-type: none">1) Apresentação / Introdução<ol style="list-style-type: none">a) Caracterização da ETSUS SUSDESTE-SPb) Contextualizar processo histórico do CEFOR à ETSUS SUDESTEc) Espaço Físicod) Estrutura de Funcionamentoe) Financiamentof) Perfil docenteg) Perfil discenteh) Formas de ingressoi) Avaliação de Aprendizagem e Institucional |
| M
A
R
C
O

R
E
F
E
R
E
N
C
I
A
L | } | <ol style="list-style-type: none">2) Regimento Interno e Regulamento de Ensino<ol style="list-style-type: none">a) Regimento Internob) Regulamento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio3) Fundamentos<ol style="list-style-type: none">c) Termos de Referências<ol style="list-style-type: none">i) A Educação Profissionalii) Tecnologia Educacional em Saúded) Atenção à Saúdee) Vigilância em Saúdef) Informações e Registros de Saúdeg) Gestão em Saúdeh) Ensino Médio na Educação Profissional em Saúdei) A Análise de Processo de Trabalho em Saúde4) Concepções Educacionais da ETSUSSE<ol style="list-style-type: none">a) Educação Profissional em Nível Técnico em Saúdeb) Formação Inicial ou Continuadac) Pós-Graduação Lato Censo em Educação Profissional |

5) Propostas Curriculares da ETSUSSE

- a. Cursos Técnicos:
 - i. Agente Comunitário de Saúde
 - ii. Enfermagem
 - iii. Farmácia
 - iv. Vigilância da Saúde
 - v. Saúde Bucal
 - vi. Técnico em Vigilância em Saúde
- b. Cursos de Qualificação e aperfeiçoamento
 - i. Conselheiros Gestores da Gestão Participativa
 - ii. Saúde Integral do idoso para Técnicos e auxiliares de enfermagem
 - iii. Prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas para Agentes Comunitários da Saúde e Enfermeiros
- c. Projetos Especiais
 - i. Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)
 - ii. Educação à distância (EAD) em Saúde

APÊNDICE A

QUADRO SÍNTESE DE ATIVIDADES PROPOSTAS

	ATIVID. OU AÇÕES	OBJETIVOS	MATERIAIS	AVALIAÇÃO	DURAÇÃO
DEFINIÇÃO DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmica de integração - Enquadre - Discussão: Quem se interessa em participar? 	<ul style="list-style-type: none"> - Definir componentes da Comissão de Coordenação para construção do PPP 	Dinâmica de integração: Papéis, canetas, Data show, Not Books	Atingiu os objetivos?	+ -1 mês: 4 encontros 1 por semana
SENSIBILIZAR		<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar a ETSUSSE - Definir representações prévias sobre PPP - Elucidar conceito sobre PPP - Elucidar a tarefa de construção do PPP - Introduzir a ideia: "A quem cabe esta tarefa?" 	Dinâmica de integração: Textos PPP; Mensagens de texto Vídeos; Fotos; Exemplares de PPP; Questões: Papéis, canetas, Data show, Not Books	<ul style="list-style-type: none"> - Os objetivos foram atingidos? - É preciso trabalhar mais algum tema? 	+ - 6 meses: 1 encontro por semana
DESPERTAR	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a continuidade ou não da comissão; - Realizar contrato verbal; - Discutir os próximos passos do processo; - Oficina para definir as dimensões principais a serem trabalhadas e questões 	<ul style="list-style-type: none"> - Definir participantes por meio de contrato verbal; - Definir etapas do processo; - Definir como e quem conduzirá o processo. 	Dinâmica de integração: Papel, caneta, Data show, Not Books	<ul style="list-style-type: none"> - Conseguiu-se sensibilizar e despertar os participantes? - Definiu-se quem irá coordenar? 	+ - 2 meses: 1 encontro por mês

<p>PROJETAR MARCO REFERENCIAL</p>	<p>- Dinâmica de integração</p> <p>- Enquadre</p> <p>- Aplicação de questões:</p> <p>- Que escola temos? Que escola queremos?</p> <p>- Que princípios temos? Que princípios nós queremos?</p> <p>- Quais são nossos:</p> <p>- Valores? - Missão? - Visão?</p> <p>- Eixos ou Dimensões Fundamentais?</p> <p>- Sínteses</p> <p>- Plenários</p>	<p>- Definir Referencial;</p> <p>- Definir as dimensões principais a serem trabalhadas e suas questões</p>	<p>Dinâmica de integração</p> <p>Questões: Papéis, canetas Data show, Not Books</p>	<p>- O Marco Referencial Ajudou a iluminar a prática?</p> <p>- Precisa ser revisto?</p>	<p>+/- 6 meses 1 encontro por semana</p>
<p>PROJETAR DIAGNÓSTICO</p>	<p>- Dinâmica de integração;</p> <p>- Enquadre;</p> <p>- Aplicação de questões do tipo:</p> <p>- O que nos falta para ser o que desejamos?</p> <p>- Como é a ETSUSSE? Como deveria ser? Como pode ser melhorada?</p>	<p>- Apreender a realidade da ETSUSSE</p>	<p>Dinâmica de integração;</p> <p>Questões: Papéis, canetas, Data show, Not Books</p>	<p>Quais necessidades foram supridas?</p> <p>Quais permanecem?</p> <p>Quais são novas?</p> <p>Foi feito um bom diagnóstico?</p>	<p>+/- 6 meses 1 encontro por semana</p>

<p>PROJETAR PROGRAMAÇÃO</p>	<p>- Dinâmica de integração;</p> <p>- Enquadre;</p> <p>- Aplicação de questões:</p> <p>- O que faremos concretamente para suprir tal falta?</p> <p>- Como trabalharemos?</p>	<p>- Definir ações para construir o PPP</p> <p>-Metodologia.</p>	<p>Dinâmica de integração;</p> <p>Questões:</p> <p>Papéis, canetas, Data show, Not Books</p>	<p>Ações concretas:</p> <p>O que foi realizado?</p> <p>O que não foi?</p> <p>O que ainda será?</p> <p>As atividades permanentes foram realizadas?</p> <p>Estavam de acordo com as necessidades?</p> <p>Incluíram-se no espírito global da ação?</p> <p>As linhas de ação:</p> <p>Ajudaram na caminhada?</p> <p>Normas:</p> <p>Foram cumpridas?</p> <p>Concretizaram os propósitos?</p> <p>Levaram a avanços em direção ao Marco Referencial?</p>	<p>+ - 6 meses</p> <p>1 encontro por semana</p>
--	--	--	--	---	---